

COMUNICAÇÃO E CIRCULAÇÃO ENTRE A IDADE MÉDIA E A MODERNIDADE: DEBATES, RECONFIGURAÇÕES E ANÁLISES SOBRE UMA TEMPORALIDADE EM CRISE (SÉCS XII-XVII)

Estratégias africanas em projetos imperiais globais: uma carta do procurador do reino do Kongo ao imperador da Etiópia (18/04/1617)¹

African strategies in global imperial projects: a letter from the representative of the kingdom of Kongo to the emperor of Ethiopia (04/18/1617)

José Rivair Macedo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.

RESUMO: O objetivo do presente estudo é analisar as implicações de um hipotético contato diplomático entre o reino do Congo e as terras do Preste João da Etiópia durante o pontificado do papa Paulo V Borghese (1605-1621). O documento principal analisado é uma carta datada de 18/04/1617 endereçada ao Imperador da Etiópia por Juan Bautista Vives, Procurador dos Reis do Congo em Roma, na qual é sugerido o estabelecimento de relações diretas entre as duas monarquias para o incremento da fé cristã e o fortalecimento da Igreja em face da ameaça turca no Oriente. Trata-se de verificar em que medida tal proposta expressa interesses ou pretensões dos soberanos centro-africanos ou em que medida expressa interesses ou pretensões da política papal concernente à expansão do catolicismo. O trabalho pretende avaliar o alcance das iniciativas políticas do Kongo no complexo e multifacetado cenário internacional em que se davam as disputas de influência, em dimensão global, a partir de centros de decisão europeus.

PALAVRAS-CHAVE: Antigo Kongo; Reis do Kongo; Propaganda Fide; Cristianismo Kongo; relações Kongo/Vaticano.

ABSTRACT: The aim of the present study is to analyze the implications of an hypothetical diplomatic contact between the Kingdom of Congo and the lands of Prester John of Ethiopia during the pontificate of pope Paul V Borghese (1605-1621). The main document analyzed is a letter dated 04/18/1617 addressed to the Emperor of Ethiopia by Juan Bautista Vives, Representative of the Kings of Congo in Rome, in which the establishment of direct relations between the two monarchies is suggested, in order to increase the Christian faith and to strengthen the Church in the face of Turkish menace in the East. The goal is to verify to what extent this

*E-mail: joserivairmacedo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5931-5002>

proposal expresses the interests or intentions of Central African sovereigns or to what extent it expresses the interests or intentions of the papal policy regarding the expansion of Catholicism. The paper aims to evaluate the scope of Kongo's political initiatives in the complex and multifaceted international scenario in which influence disputes took place, on a global scale, from European decision-making centers.

KEYWORDS: Ancient Kongo; Kings of Kongo; Propaganda Fide; Kongo christianity; Kongo/Vatican relations.

Em ensaio de história comparada sobre as estratégias políticas desenvolvidas pelos antigos Estados da Etiópia e do Kongo entre os séculos XVI-XIX nos contatos com os portugueses, o historiador etíope Fikru Gebrekidan identificou uma evolução divergente na situação dos dois reinos cristãos africanos: o Kongo viria a passar por gradual enfraquecimento e fragmentação enquanto a monarquia etíope ganhou força e coesão interna. O destino de ambos teria dependido de sua posição em relação aos processos de escravização em massa de africanos(as). Os súditos do Kongo tornaram-se gradualmente presas do tráfico transatlântico de escravos enquanto a Etiópia conseguiu proteger seus súditos do tráfico índico-mediterrânico e seus soberanos valeram-se dos recursos do tráfico periférico de escravos para reforçar a centralização do reino. Assim, às vésperas da “corrida europeia para a África” o Kongo não era mais do que uma sombra do que tinha sido no passado e a Etiópia logo seria vista como um símbolo da resistência anticolonial.

Sem entrar no mérito dos argumentos, hipóteses e conclusões desta visão em conjunto aplicada a um lapso de tempo tão estendido e influenciado por fatores diversos, nem sempre convergentes, interessa-nos sublinhar apenas um aspecto explorado pelo pesquisador etíope, o de que embora as duas organizações políticas africanas fossem muito diferentes, e estranhas entre si, o contato comum com os portugueses teria criado entre seus líderes certa consciência mútua de suas respectivas existências. Uma das evidências citadas sem maior detalhamento pelo autor em defesa desta hipótese é uma carta que teria sido escrita em nome do rei Álvaro II do Kongo (1565-1614), endereçada ao Imperador da Etiópia em 1617 (Gebrekidan, 2010, p. 205). Antes desta menção ao contato Kongo-Etíope o assunto já tinha aparecido em obra de divulgação de história da África, tendo sido saudado pelo seu caráter exemplar e apresentado como uma tentativa de aliança entre os dois reinos africanos para contrabalançar a presença europeia no continente (M'Bokolo, 2011, p. 416).

O texto manuscrito da carta encontra-se preservado nas coleções de códices e manuscritos latinos da Biblioteca Apostólica Vaticana. Seu autor, o jurista espanhol Juan Bautista Vives (1545-1632), o escreveu na qualidade de representante oficial do rei do Kongo junto à cúria romana. A composição segue o estilo protocolar de correspondência oficial: após saudação e mostras de devido respeito é manifestado o desejo da abertura de vias de acesso que permitissem a ligação entre as terras do Kongo e da Etiópia e as vantagens disso para o soberano abissínio. A principal seria o fortalecimento dos contatos com Roma, pois com sua adesão à proposta os papas encontrariam melhores meios para expandir a fé católica. Além disso, isso aumentaria a possibilidade de contato com os príncipes cristãos da Europa que, com as vias abertas, poderiam mais facilmente enviar socorro para a defesa da Etiópia na guerra contra os seus inimigos muçulmanos locais e contra a influência turco-otomana. No final da correspondência, é afirmado que a ideia teria a chancela do rei do Kongo, com quem o assunto tinha sido tratado por escrito em diversas ocasiões para que “et eodem tempore, quod in utriusque Dominis, etiam Regnis fieri expedit, utrique praestetur”².

No contexto em que o contato de caráter diplomático foi estabelecido com a Etiópia, o Kongo era uma organização política autônoma, poderosa e influente (Hilton, 1985; MacGaffey, 2018), mas caía gradualmente por meios indiretos sob influência de Portugal e Espanha, cujas monarquias encontravam-se temporariamente unificadas pela dinastia dos Habsburgos e os seus governantes pretendiam ser os “protetores espirituais” dos centro-africanos (López, 1991). Desde a década de 1590, relações diplomáticas diretas tinham sido estabelecidas com os legados pontifícios e com os papas, no período que coincide com as políticas da Reforma da Igreja a que o Kongo se manteve sempre alinhado (Thornton, 2013). Nada se sabe sobre o destino da carta, se ela foi ou não recebida por Seltan Sagad, também identificado como Suzenyos (1571-1632), que era o governante máximo da Etiópia naquele momento; se houve ou não resposta ao que ela pretendia. Isto leva a que o presente trabalho diga respeito mais ao âmbito das ideias político-religiosas que circulavam na Europa mediterrânica do início do século XVII sobre o Kongo e a Etiópia, do que propriamente ao âmbito da história das conexões efetivas entre aqueles dois reinos cristãos africanos. O que se pretende examinar é em que medida o assunto tratado poderia estar vinculado a interesses ou pretensões dos soberanos centro-africanos ou a pretensões portuguesas, espanholas ou de Roma.

A existência deste texto singular e a descrição de seu conteúdo, ao apontar a possibilidade de relacionamento entre povos situados em áreas e ambientes distantes entre si, permite pensar de outro modo o lugar da África e dos africanos nos processos de internacionalização da primeira modernidade europeia; e de aventar a possibilidade de modos alternativos de participação de povos extraeuropeus nas histórias conectadas dos sistemas imperiais vigentes durante a era moderna. Com efeito, ainda que as perspectivas de análise histórica daquele contexto tenham sido renovadas pela crítica ao eurocentrismo, com interpretações que exploram os mecanismos de circulação, expansão e dominação imperial dos séculos XV-XVII, o lugar reservado aos sujeitos situados fora da Europa aparece quase sempre condicionado aos ditames dos agentes imperiais das monarquias europeias ou agentes de Roma (Gruzinski, 2001, 2018; Castelnau-L'estoile, 2013; Subrahmanyam, 2007; Torres, 2018).

Em sentido diverso, o historiador norte-americano Herman L. Bennett (2019) argumenta sobre deslocamentos operados nos discursos históricos europeus durante os séculos da modernidade em relação às instâncias de autoridade e de mando das sociedades africanas postas em contato com representantes de poder na Europa. A diplomacia renascentista, no período inicial dessas relações, reconhecia e validava a autoridade de chefes de povos africanos e seus emissários, tratando-os em termos de equivalência e na base da reciprocidade, ainda que considerando-os diferentes, não pertencentes à sua própria comunidade de cultura. Todavia, um gradual processo de desposseção da subjetividade nos escritos dos eruditos e teóricos europeus levou a que, no século XVIII, durante o Iluminismo, a diversidade política, religiosa e cultural tivesse cedido lugar à percepção exclusiva da privação de liberdade decorrente do tráfico transatlântico de escravos nas descrições e referências sobre a África. O processo de escravização teria condicionado o modo de perceber o passado, naturalizando e tornando a-histórica a condição de cativo, o que afetou a capacidade de percepção da autonomia, protagonismo e iniciativa africana ao longo da história.

Considerações dessa ordem contribuem para problematizar o que se poderia chamar de “objetificação epistêmica” dos(as) africanos(as), abrindo espaço para reflexões e análises que explorem outras alternativas de pensar os fenômenos da primeira globalização e as conexões históricas no bojo das relações internacionais em sua dimensão mediterrânica e oriental, e não apenas em uma perspectiva atlântica que às vezes acaba por projetar em uma visão retrospectiva o paradigma colonialista e escravista que condiciona os discursos históricos. Paralelamente às estratégias acionadas por lideranças ou agentes imperiais, se poderá pensar, indo além dos fenômenos de reprodução, assimilação ou reação às determinações dos protagonismos europeus, as prováveis estratégias e táticas de lideranças africanas em face da hegemonia dos poderes imperiais.

Entre o Kongo e os domínios do Preste João

O tema das vias de acesso entre o Kongo e a Etiópia pelo interior da África encontra-se disseminado na literatura geográfica e nos discursos políticos dos séculos XVI-XVII. Baseia-se na hipótese já aventada no contexto da expansão portuguesa através do litoral atlântico africano de que a travessia do continente a partir dos domínios dos reis do Kongo permitiria chegar às fronteiras meridionais das terras do Preste João da Etiópia³. Em termos estratégicos, tratava-se, do ponto de vista português, de encontrar um caminho alternativo em relação aos portos do litoral suaíli e do chifre da África, então sob influência afro-muçulmana, persa e/ou turco-otomana, que permitisse o contato com o aliado cristão etíope (Santos, 1978, p. 110).

Já nas instruções dadas pelo rei Manuel I de Portugal (1469-1521) a Simão da Silveira, embaixador junto ao reino do Kongo em 1512, consta a intenção de que fossem obtidas informações sobre um lago situado na fronteira oriental daquele reino: “se é povoado, e de que gentes, e se há nele navios e a que distância fica da terra do Manicongo” (Ferronha, 1992, p. 86). Na crônica *Da vida e feitos d’El-Rei D. Manuel*, de Jerônimo de Osório, consta que em 1520 aquele soberano teria despachado uma embaixada ao Kongo liderada por Jorge de Quadra com cartas ao rei Afonso I Mvemba-a-Nzinga (1456-1543), para, do Kongo, ir em busca das fontes do Nilo, e de lá rumar à corte do imperador etíope, porém a missão foi prejudicada pela interferência de pessoas influentes na corte que dissuadiram o governante centro-africano a autorizar a travessia (Filesi, 1968, p. 22).

Na realidade, o conhecimento efetivo da geografia africana pelos europeus era ainda muito limitado no período aqui considerado (Gambeg, 2013). A informação mais difundida em compêndios e obras de divulgação, como os tratados de geografia de Livio Sanuto (1588, p. 86, 111), situava a confluência entre os territórios dos dois reinos na região das Montanhas da Lua, onde estaria localizada a fonte do rio Nilo. Em texto atribuído ao missionário carmelita descalço Diego de la Encarnación escrito nas últimas décadas do século XVI, é informado que o Kongo confinaria, pelo lado nordeste, com os domínios do Preste João, e que a nascente do Rio Zaire seria um grande lago nas proximidades do Messomotapa (Monomotapa), onde também se encontraria a fonte do Nilo – que daí correria em sentido sul-norte até o Egito (Thornton, 2022).

Esta identificação também aparece nas informações que passaram a circular durante a embaixada de Duarte Lopes, negociante português enviado pelo rei Álvaro I nimi-a-Lukeni lua Mvemba (1530-1587) a Roma, quando, por meio de carta dirigida ao papa Sixto V em 1588, este afirmou que “este Reyno se llama el Reyno de Congo, y çay de aquella parte de Etiopia la Baja y confina com el Preste Juan de las Yndias”, ficando desta forma sublinhada a ideia de que os dois reinos cristãos fariam fronteira, e que a aproximação entre ambos traria “grande proveito para o serviço de Deus”⁴. Na narrativa intitulada *Relatione del reame di Congo et delle circonvicine contrade*, transmitida pelo mesmo Duarte Lopes ao erudito italiano Filippo Pigafetta, algumas informações contrariavam as descrições até então aceitas sobre o interior da África: a nascente do Nilo não estaria situada nas terras de Belul Gião ou Preste João, nem nas Montanhas da Lua, e nem teria ligação com os dois lagos mencionados por Ptolomeu que estariam supostamente dispostos numa linha oeste-leste com distância de 450 milhas entre si, porque entre esses dois lagos estariam localizados os reinos do Kongo e de Angola, o império do Monomotapa e o reino de Sofala (Pigafetta, 1591, p. 79-80; Relação, 1995, p. 55-58).

O tema da “travessia da África” (Santos, 1978) foi explorado na literatura missionária da primeira metade do século XVII, em particular nos relatos enográficos jesuíticos. Como se sabe, a busca de conhecimento sobre a geografia e os costumes dos povos a serem evangelizados era parte essencial dos saberes missionários pelo quanto tais informações poderiam ser acionadas no trabalho de conversão (Pizzorusso, 2011), e na disputa de influência entre as congregações de evangelização. A busca de meios

de acesso direto aos territórios do interior do continente africano, vistos como espaços de dilatação da cristandade, foi estimulada pelos representantes da Igreja romana. Em 1623, Antonio Albergati, núncio papal e coletor⁵ em Portugal, em carta ao Secretário da Congregação da Propaganda Fide, noticiava as condições propícias para o envio de um grupo de missionários ao Kongo, onde se fundaria um colégio, e afirmava que a partir daí estes poderiam partir em missão em busca das fontes do Nilo e de almas para a Cristandade, e da disposição em ajudar os abissínios⁶; no mesmo contexto, em 1624, o jesuíta Pero de Novais argumentou em resposta às reclamações da Coroa espanhola que ele e outros frades não penetraram terra adentro da África a partir do Kongo devido à falta de condições materiais para isso;⁷ e na correspondência mantida por Jerônimo Vogado, Duarte Vaz e Nicolau Fenial com o Geral da Companhia de Jesus se pode intuir que a realização da empreitada dependia da autorização dos reis do Kongo, algo difícil de ser obtido.⁸

A pretensão de controle das comunicações no interior do continente africano continuou a se fazer presente nos projetos das autoridades ibéricas que disputavam influência e pretendiam encontrar meios para o domínio dos territórios situados nos confins do Kongo na primeira metade do século XVII. Na correspondência do militar. Luís Mendes de Vasconcelos, que ocupou o cargo de Governador-Geral de Angola no período de 1617-1623, com o rei Felipe III da Espanha, aquele salientou a necessidade de se abrir um caminho para a Índia a partir dos territórios de Angola sem dobrar o Cabo da Boa Esperança, e manifestou o desejo de vir a se tornar Vice-Rei da Etiópia, com jurisdição sobre o Kongo, Angola, e sobre todo o litoral atlântico e índico, desde o Cabo da Boa Esperança até o Mar Vermelho, englobando Moçambique e o reino do Monomotapa.⁹ Todavia projetos similares de conquista militar e política como esse não eram mais do que miragens e assim permaneceriam até a segunda metade do século XIX, quando voltaram a ser tentados no contexto da ocupação colonial por britânicos, belgas, franceses e portugueses na área centro-africana.

Uma descrição bem mais realista da geografia da África ganhou corpo na literatura produzida pela missão jesuítica da Etiópia, sobretudo na *História da Etiópia* de Pero Pais (Mola; Shaw, 2004). Resultado do acúmulo de conhecimento e experiência nos vários anos de trabalho missionário na corte imperial abissínia, o autor do relato reproduzia noções mais precisas das fronteiras e da geografia do nordeste africano; ele visitou pessoalmente as fontes do Nilo em 1618. Esses conhecimentos do ambiente e da cultura local o levaram a recusar a ideia da proximidade das Montanhas da Lua com o Kongo, uma vez que estariam situadas no reino de Gojam, dentro do império abissínio (Pero Pais, 1945, t. 2, p. 14-15). Além disso, o relato de Pero Pais reveste-se de maior autoridade devido a sua proximidade com o imperador Suzenyos, que ascendeu ao trono em 1607, e deve-se em grande parte a este missionário o trabalho de conversão daquele governante etíope ao catolicismo em 1622. Em sua obra encontram-se reproduzidas correspondências mantidas entre Suzenyos, o monarca espanhol Felipe III (1578-1621) e o papa Paulo V (1550-1621), com as negociações, expectativas e projetos dessas lideranças cristãs (Pero Pais, 1945, t. 3, p. 237-247; Pennec, 1994).

A obra de Pero Pais tem a intenção declarada de refutar as informações contidas nos escritos do dominicano espanhol Luis de Urreta escrita nos anos 1610-1611, *a Historia eclesiástica, política, natural y moral de los grandes y remotos reynos de la Etiopia, monarchia del emperador llamado Preste Juan de las Indias*, baseada no suposto relato de um cavaleiro abissínio estabelecido na Europa chamado Juan de Baltasar, que ao que parece jamais existiu. O objetivo de Urreta, todavia, era declarado: ele pretendia provar que a Abissínia já tinha sido convertida ao cristianismo latino, e que tal labor devia-se ao trabalho missionário dos dominicanos (Boavida, 2002; Kidakou, 2009). Contra esse ponto de vista, e em reação às inúmeras imprecisões, distorções e mitificações, “meras ficções e coisas fabulosas”, “tudo misturado e com grande confusão”, o trabalho etnográfico de Pero Pais baseia-se em observação direta, leitura e exame de material escrito na língua ge’ez¹⁰.

Embora os missionários Luís de Urreta e Pero Pais tenham nascido em território espanhol, vinculavam-se a congregações religiosas com perfil e atuação missionária diferentes: o primeiro estava alinhado aos frades menores, fiéis aos interesses papais; o segundo estava alinhado aos interesses da Companhia de Jesus e dos reis católicos. Além de ter nascido em Valência, onde também nasceu Juan Bautista Vives, Urreta era muito próximo de outro dominicano valenciano, Frei Luís Ystella, que, em 1608, foi nomeado Mestre do Sacro Palácio pelo papa Paulo V, cargo que o colocava na intimidade da família papal. Foi este que, pela primeira vez, solicitou ao papa a criação de um seminário destinado a formar novos missionários, que viria a ser o ponto de partida do Colégio da Congregação da Propaganda Fide – da qual Vives foi um dos idealizadores e seu primeiro diretor (Bueno, 2017, p. 121-122).

O Kongo em projetos missionários globais

O reconhecimento dessa dimensão conflituosa nas representações sobre o interior da África entre congregações missionárias, motivada pela disputa na obra de evangelização dos povos de além-mar, em que a rivalidade mais evidente opunha, de modo demasiadamente esquemático, um “partido jesuítico português”, com grande influência junto às monarquias ibéricas, a um “partido mendicante castelhano” (dominicanos, carmelitas descalços, franciscanos capuchinhos), com maior base de apoio em Roma (Mola; Shaw, 2004, p. 63), nos leva a pensar no acirramento dos conflitos entre a Monarquia Católica dos Habsburgos e a autoridade papal em matéria de conversão religiosa após as decisões do Concílio de Trento – que serviu de base para a reforma católica da Igreja romana moderna. Tendo sido Juan Bautista Vives valenciano de nascimento, portanto de nacionalidade espanhola; clérigo e jurista de formação, com cargos e funções na alta hierarquia católica; e representante oficial dos interesses dos reis do Kongo durante os governos de Álvaro II *nimi-a-Nkanga* (1587-1614) e Álvaro III *nimi-a-Mpanzu* (1615-1622), a quem suas funções e atividades na corte papal efetivamente representava?

A carreira eclesiástica de Vives é parcialmente conhecida. Pertencente provavelmente a uma família de origem cristã-nova de Valência (Seror, 1993), formado em direito canônico, bom conhecedor de temas vinculados a jurisdição eclesiástica e hábil na resolução de conflitos, seus dotes diplomáticos levaram a que viesse a ocupar cargos na burocracia romana e nos centros de decisão do trabalho missionário durante os pontificados de Clemente VIII (1592-1605), Paulo V (1605-1621) e Gregório XV (1621-1623) (Anderson, 1999, p. 707). Indicado em 1605 pelo Inquisidor Geral, Juan Bautista de Acebedo (1555-1608), atuou na corte papal como agente da Inquisição espanhola até 1626, conduzindo diligências em autos judiciais e extrajudiciais para garantir os interesses da instituição, com intensa atividade entre os anos 1611-1618, período em que também assumiu a função de Protonotário e de Procurador dos reis do Kongo (Llorente, 2021; 2017, p. 287-288).

Além dos contatos com os frades dominicanos ele também mantinha relações estreitas com frades carmelitas descalços, em particular com Thomas de Jesus, que parece ter sido quem o levou aos primeiros contatos com o Kongo, e com Juan de Quintanadueñas, também conhecido como Jean de Bretigny (1556-1634), ardoroso idealizador das missões carmelitas no Kongo (Cuvelier; Jadin, 1954, p. 328; Gray, 1999, p. 142). Hospedado durante alguns anos na residência de Vives, em Roma, Quintanadueñas e ele provavelmente compartilharam impressões e planos em relação à cristandade no Kongo ao longo da atividade diplomática que ele viria a desempenhar em Roma (Jadin, 1955, p. 385). O fato de que Vives, junto com outros eclesiásticos, tenha fundado em 1622 o colégio destinado a formação dos primeiros missionários à serviço da Congregação da Propaganda Fide, com o apoio do Inquisidor Geral, confirma os laços profundos que o ligavam aos projetos da Igreja (Llorente, 2021).

O alinhamento de Juan Bautista Vives aos desígnios do papado teve consequências no contexto de sua atuação pública. Entre 1580-1640, Portugal e Espanha, ainda que continuassem a ter instituições

próprias, encontravam-se sob o governo da Monarquia Católica dos imperadores da dinastia Habsburgo. Para o que interessa neste trabalho, cumpre salientar que a almejada ingerência papal na evangelização dos povos da África, América e Ásia incorporados desde a segunda metade do século XV aos domínios ibéricos colocava em questão o direito do Padroado e do Patronato régio, pelo qual os governantes lusos e espanhóis reservavam para si a posição de autoridade máxima em matéria religiosa na resolução de conflitos, na criação de estabelecimentos religiosos e no estímulo à evangelização em terras que consideravam seus domínios territoriais ultramarinos. As iniciativas missionárias partindo de Roma e, sobretudo, a criação da Propaganda Fide, constituíam episódios de grande significado político e acirraram as tensões entre estas diferentes esferas de influência na Europa da primeira modernidade (Castelnau-L'Estoile, 2013).

Este complexo cenário em que transcorriam as relações diplomáticas do Kongo, que, do ponto de vista ibérico, encontrava-se sob a esfera de influência do padroado português, e sob a “proteção espiritual” dos imperadores espanhóis (López, 1991), explica em boa parte a reação negativa da Monarquia Católica por ocasião da investidura de Juan Bautista Vives como representante legal do Kongo na cúria romana. Com efeito, em carta de Álvaro II a Paulo V, datada de 27/02/1613, o jurista valenciano é formalmente autorizado a prestar em seu nome obediência ao papa e se ocupar de todos os negócios que dissessem respeito ao Kongo. Na mesma correspondência, informa a ocorrência de manobras locais feitas por portugueses para provocar sua inimizade com a Espanha e justificar a invasão de seu reino; revela estar sendo muito maltratado e afrontado pelo Bispo do Kongo e Angola e pelo Governador de Angola, o que constituía uma afronta à sua dignidade como governante.¹¹ A proteção da Igreja seria fundamental para o fortalecimento de sua autoridade.

A nomeação de Vives foi tratada com grande cuidado pelos órgãos centrais da monarquia luso-espanhola e diversos documentos da chancelaria régia permitem perceber as tensas negociações transcorridas nos bastidores. Em carta de Felipe III dirigida ao vice-rei de Portugal no dia 03/06/1615 são solicitadas informações sobre “um fulano Vives”, o qual pretendia ser recebido pelo papa com as mesmas demonstrações feitas aos representantes diplomáticos dos príncipes cristãos. O resultado das diligências aparece na correspondência datada de 30/07/1615 e assinada pelo Conde de Castro, embaixador da monarquia espanhola em Roma, onde é informado que Vives teria sido indicado por Álvaro II, então já falecido, que o mesmo era “zelante da propaganda da fé” e que se manteria sob obediência do que lhe fosse determinado, enfim, que tudo o que fizesse seria com o assentimento do rei da Espanha.¹²

Durante as tratativas iniciais, o próprio Vives enviou correspondências ao longo do ano 1615 ao soberano espanhol, em tom humilde, pedindo licença para atuar como embaixador dos reis do Kongo por ter sido nomeado para esta função e suplicando a autorização “pois sem ela não devo e nem posso fazer coisa alguma”. Sua atividade diria respeito somente à propagação da fé, e teria por objeto apenas o serviço de Deus “e de vossa majestade, que põe tanto zelo em promove-lo”¹³. Finalmente, no dia 18/01/1616 a licença lhe é concedida por uma carta régia, para “acudir todas as coisas do dito rei”, porém em entendimento com o Conde de Castro e sob a supervisão da embaixada da Espanha em Roma.¹⁴

As informações anteriores mostram alguns ângulos do cenário em que se dava a atividade diplomática dos reis do Kongo junto à Roma e/ou conduzida a partir de Roma. Como se pode inferir, a carta enviada por Vives ao Imperador da Etiópia em 1617 fazia parte de sua atividade oficial como procurador dos reis do Kongo, porém após a morte do velho e experiente Álvaro II, o jovem Álvaro III lutava para garantir sua autoridade em um reino ameaçado por disputas de sucessão e contestações provinciais (Hilton, 1985, p. 82; Thornton, 2020, p. 124-128). As dificuldades iniciais de seu governo aparecem na longa carta endereçada ao papa Paulo V em 25/10/1617, mas nela também se pode notar o interesse pela continuidade de uma política independente em relação a Portugal e Espanha, mediante proteção papal (Brásio, 1955, sexto volume, p. 288-291).

A busca pelo fortalecimento de sua autoridade encontra eco em sua correspondência mantida com Vives, onde o rei, colocando-se na posição de difusor do cristianismo, pede que lhe seja enviado uma ordem militar para atuar contra os pagãos de sua terra e pelo aumento da santa fé católica, cujos reis do Kongo seriam os “mestres”. Trata-se de uma reivindicação da instituição da Ordem de Cristo no Kongo, que fosse dotada de constituição, insígnias, vestimentas, e que fosse financiada pela corte dos reis do Kongo.¹⁵ A atribuição do hábito da Ordem de Cristo aos governantes centro-africanos era signo de distinção desde o século XVI, quando o título gradualmente passou a ser associado a uma insígnia de poder altamente valorizada no Kongo (Mello e Souza, 2019). Além do valor social, a reivindicação da condição de “mestre” da Ordem de Cristo pode se revestir de significado político particular: a esta instituição religiosa é que cabia, formalmente, a proteção espiritual e material das regiões situadas além-mar. Isso pode sugerir que a intenção dos reis do Kongo não dissesse respeito apenas à aquisição de um alto título nobiliárquico e religioso, mas a um dispositivo institucional que lhes permitissem reconhecimento e autoridade nas questões religiosas do bispado do Kongo e Angola – cuja sede estava desde 1596 em São Salvador (Mbanza Kongo), mas a indicação dos bispos continuava a depender do rei português que era por concessão papal o Grão-Mestre da Ordem de Cristo.

Considerando os vários ângulos deste cenário alargado e complexo cujo epicentro encontrava-se em Roma, é muito provável que a iniciativa de Juan Bautista Vives exposta na carta enviada ao imperador da Etiópia não estivesse alinhada aos interesses luso-espanhóis, mas ao projeto papal de conversão dos povos extraeuropeus. Ao que parece, a condição imposta por Suzenyos para a formalização de sua submissão a Roma, que implicaria na unificação da cristandade etíope, considerada “cismática”, era o envio de apoio militar pelo imperador espanhol para que ele pudesse lutar contra os seus inimigos (Pero Pais, 1945, t. 3, p. 237-247; Pennec, 1994). O caráter estratégico da aproximação entre as duas monarquias cristãs africanas capitaneada por Roma transparece em uma carta a Paulo V escrita em julho de 1608 pelo orientalista Girolamo Vecchietti (1552-1619), que atuou no Egito e na Pérsia em missões diplomáticas a serviço da Igreja, na qual ele propõe a criação de uma “via del regno di Congo” para o acesso à Etiópia. As duas formas convencionais de acesso aos domínios do Preste João, pelos territórios do Egito ou a partir das Índias, estariam bloqueadas pelos muçulmanos, mas uma via alternativa poderia ser criada a partir do Kongo pois as fronteiras dos dois reinos eram próximas e inclusive alguns súditos do Preste João frequentariam as feiras organizadas em determinadas comunidades sob os domínios do Kongo – sendo identificados pelas cruzes que levavam em suas mãos.¹⁶

O projeto global de conversão capitaneado pelo papado no contexto da Contrarreforma tinha sua base de sustentação na ação missionária de jesuítas, carmelitas descalços, dominicanos e capuchinhos. Eles difundiram a retórica e a ideologia do proselitismo como meio de afirmação do universalismo cristão do catolicismo latino em um contexto de conflitos religiosos internos na Europa, com o protestantismo, e com conflitos político-religiosos externos com o islã do império turco-otomano (Castelnau-L'Estoile, 2013, p. 325-327). Nesse sentido, nas duas primeiras décadas do século XVII iniciativas de evangelização foram tentadas na Pérsia, um potencial aliado nas tentativas de frear o domínio turco no Oriente Médio e sua influência no Chifre da África, mas que não logrou qualquer resultado (Alonso, 1989), enquanto os carmelitas descalços Pedro de la Madre de Dios e Diego de la Encarnación, com o apoio do Patriarca de Jerusalém, Fábio Biondo, tentaram, nos anos 1609-1610, enviar uma missão de evangelização ao Kongo, projeto que despertou firme oposição das autoridades de Lisboa e da Espanha, que a bloquearam, assim como bloqueariam outras tentativas posteriores, até a década de 1640 (Gray, 2012, p. 36-40).

Um imponente testemunho visual da determinação da Igreja romana em levar a cabo o trabalho de conversão em escala global aparece na iconografia produzida para a decoração do Palazzo Quirinale, o edifício utilizado pelos papas para tratar de questões seculares, inclusive de caráter diplomático, por

onde passaram, de fato, embaixadores da dinastia Safávida da Pérsia, do Japão e da África. Na decoração das paredes da Sala Regia, o espaço de recepção de legados, emissários e embaixadores, aparecem representações que ilustram o alcance da influência pretendida pelo papado durante o pontificado de Paulo V, com ilustrações multicoloridas de missionários acompanhados de indivíduos de origem oriental logo reconhecidos por suas particularidades fenotípicas e por sua vestimenta (turbantes, túnicas). Entre esses estrangeiros identificam-se também dois personagens provavelmente de origem africana: um deles, em geral associado com um “etíope”, e o outro por vezes é identificado com Antônio Manuel, Marquês de N’Funta, que atuou como embaixador de Álvaro II em Roma nos primeiros anos do século XVII conforme se verá adiante (Fujikawa, 2016; Mansour, 2013).

A diplomacia do Kongo e o padroado ibérico

Os dados até aqui apresentados permitem fazer uma avaliação de conjunto do contexto de escrita da carta de Juan Bautista Vives. Ao que tudo indica, os elementos nela contidos expressam mais diretamente objetivos políticos da igreja católica romana, e não intenções ou projetos políticos dos reis do Kongo uma vez que a abertura das vias de acesso entre os dois reinos aproximaria duas monarquias cristãs africanas e as alinharia ao projeto de unificação das cristandades sob a autoridade dos papas. Não obstante, tais inferências seriam suficientes para fazer supor que os pontos ali tratados fossem desconhecidos ou alheios aos interesses ou pretensões dos governantes centro-africanos? Em que medida o conteúdo do documento sugere a possibilidade da existência de uma consciência das elites do Kongo acerca do cenário mais vasto em que estavam atuando no complexo jogo diplomático que as aproximava ao papado e, por extensão, à Etiópia? Trata-se de conferir um pouco mais de atenção às informações fornecidas por Juan Bautista Vives na parte final da correspondência, em que ele afirma ter discutido diversas vezes com o rei do Kongo, por meio de cartas, sobre o tema da ligação com a Etiópia: “Qua de re ac negotio pluribus scribo Serenissimo Domino re Congi, ex enixissime eum rogo, ut cum Majestate Vestra agat, et eodem tempore, quod in utriusque dominiis etiam Regnis fieri expedit, utrique praestetur”¹⁷.

O estudo das interações mediterrânicas do Kongo com o Vaticano nos séculos XVI-XVII é beneficiado em grande medida pela documentação preservada nos acervos do Vaticano, onde se pode encontrar a correspondência entre os reis do Kongo e os papas, documentação de caráter etnográfico, relatos missionários, breves e bulas papais e outras fontes de informação produzidas sobre a distante comunidade cristã situada nos limites meridionais do mundo até então familiar aos europeus. Para este trabalho, mostra-se de particular interesse o códice da série Vaticana Latina, Ms. 12.516, constituído de 128 fólios, em que se encontram informações sobre a atividade diplomática do Kongo, Portugal e Espanha no período situado entre 1604-1622. É provável que o seu organizador tenha sido alguém próximo de Juan Bautista Vives, ou que o códice tenha sido montado pelo arquivista no Castel Sant’Angelo, Giovanni Battista Confalonieri, bom conhecedor da nunciatura de Portugal e da Espanha; e que o objetivo da junção dos documentos tenha sido fornecer subsídios para o conhecimento, deliberações e ações da cúria romana em relação ao Kongo (Cuvelier; Jadin, 1954, p. 8; Thornton, 1987, p. 408-409).

Nesse sentido, revela-se de particular interesse uma carta de autoria anônima escrita em italiano e endereçada a Ottavio Accorambono, bispo de Fossombrone, que se encontra integrada ao códice Vat. Lat. 6723. Trata das vantagens que poderiam advir da abertura de uma via de comunicação (*strada*) entre as terras do Kongo e do Preste João. O assunto, conforme apontado acima, não era novo, porém o enfoque guarda alguma originalidade. De acordo com o remetente da missiva, essa proposta teria sido feita por Raffaello di Castro, um homem natural de Jacuman, na Nova Espanha, à serviço dos reis do Kongo, pessoa curiosa e de grande experiência que chegou a conhecer as terras do reino de Okanga.

A partir desta comunidade ele teria estabelecido contato com gente que carregava a “cruz de lenho” e que vivia nas terras do Preste João e com povos ainda não evangelizados. Tais notícias teriam sido dadas ao Rei de Kongo; o informante supõe o quanto a ideia desta ligação com os súditos do Preste João poderia agradar ao papa e afirma que o rei do Kongo se disporia a isso com presteza pois muitas vezes o ouvira dizer que seria bom ter comércio com o Preste João.¹⁸

A carta contém dados de excepcional valor para este estudo. Os argumentos nela contidos lembram as informações fornecidas na carta de Girolamo Vechietti inserida na *Relazione breve dello stato presente dell'impero del Pretegioanni d'Ethiopia*, mas observam-se aspectos não tratados nos textos até aqui examinados. Ao que parece, a proposta contida na carta de Vives ao imperador da Etiópia era conhecida em São Salvador (Mbanza Kongo), tendo partido de um conselheiro do rei do Kongo. É preciso, todavia, salientar alguns pontos que condicionam o elemento probatório deste documento. Em primeiro lugar, trata-se de texto sem identificação de autoria e de data, provavelmente de um religioso que esteve no Kongo. O único personagem identificado com precisão é o destinatário: Ottavio Accorambono, que desempenhou as funções de coletor da Igreja em Portugal no período situado entre 1614-1620. O critério de datação adotado nesses casos pelo editor da coleção *Monumenta Missionária africana* foi indicar a data extrema em que o texto poderia ter sido enviado ao coletor pontifício, no caso, 1620 (Brásio, 1955, v. 6, p. 492). Porém a data poderia ser retroativa até 1614, no início de sua legação, portanto, hipoteticamente antes de 18/04/1617, em que Vives enviou sua carta ao imperador da Etiópia.

Outra questão espinhosa diz respeito à identidade pessoal do personagem mencionado na carta a Ottavio Accorambono como propositor da ideia da ligação entre o Kongo e a Etiópia. A forma italiana de sua nomeação, Raffaello di Castro, corresponde ao nome espanhol ou castelhano Rafael de Castro – considerando que este fosse alguém natural de Jacuman, comunidade apontada como pertencente à Nova Espanha, nos domínios hispânicos latino-americanos. A confirmação dessas informações mostrou-se difícil de fazer, senão impossível, em virtude de algumas inconsistências ou incoerências na descrição do vínculo geográfico de sua provável comunidade de origem com as circunscrições administrativas ou religiosas dos domínios coloniais das Américas.

Teria o autor da correspondência grafado de modo incorreto o nome da comunidade de Tucúman, na Bacia do Prata? Um certo Rafael de Castro, qualificado como bacharel, aparece descrito, ao lado de vigários, presbíteros e padres jesuítas, fazendo parte de uma assembleia sinodal da diocese de Tucúman, também nomeada Córdoba de Tucúman, no ano de 1597 (Toscano, 1907, p. 532), porém a circunscrição eclesiástica não fazia parte do Vice-Reinado da Nova Espanha. Este mesmo nome, sem que se possa afirmar que se tratasse da mesma pessoa, está associado à fundação, em 1593, de uma missão evangelizadora nas proximidades do rio Ygyri, na vertente do Rio Paraná, em território de Guairá, no atual Paraguai (Freire, 2011, p. 91). Mas não foi encontrada nos catálogos e listas qualquer indicação que permita estabelecer uma relação desses personagens com os jesuítas das províncias platinas (Storni, 1980), nem é possível afirmar com certeza seu vínculo com a Companhia de Jesus.

A viabilidade da hipótese de uma relação entre Jacuman/Tucúman e a África central ganha alguma força quando se admite que no período dos Habsburgos houve um tráfico regular de cativos provenientes do Kongo e de Angola que alcançava a atual Argentina, com entrada pelos portos da Capitania de Pernambuco (Schultz, 2016). Aqui, as referências voltam a se tornar dúbias, pois, admitindo as relações entre os portos do Nordeste da América portuguesa e os centros comerciais do Rio da Prata, haverá que se considerar a existência de uma cidade portuária alternativa à Recife, situada ao sul do atual estado da Paraíba, no Brasil, com frequente atividade comercial, cujo nome aparece na documentação do Conselho Ultramarino como Porto de Jacuman (Chaves Junior, 2017, p. 225).

Uma segunda possibilidade de pesquisa confere verossimilhança às informações constantes na carta endereçada a Octavio Accorambono quando se leva em conta as informações contidas em um documento do Archivo General de Índias, em Sevilha. Um dos nomes citados no testamento de Marcos Luís de Rosales, morador de Madrid, redigido em 1592 é Rafael de Castro, qualificado como provedor da frota de Tierra Firme.¹⁹ Esta designação era empregada nos séculos XVI-XVII para se referir, de forma movente e imprecisa, à região situada entre o litoral da Venezuela e o Panamá, especialmente o complexo portuário de Cartagena das Índias, Nombre de Dios e Portobelo, com ligações marítimas e terrestres com a cidade do Panamá, na Costa do Pacífico, em cujos assentamentos hispânicos havia uma grande proporção de pessoas escravizadas originárias da África central que eram comercializadas em todo o Caribe Espanhol. Em sua maior parte, essas pessoas foram sequestradas e vendidas a partir das regiões do Ndongo e de Angola, tendo origens vinculadas aos povos Anzico (Teke) e da comunidade étnico-linguística bakongo (Alexandre, 2022; Wheat, 2016, p. 139, 197). O problema é que, nesse caso, o personagem mencionado não parece ter sido alguém com a formação erudita clerical daquele que atuou no Kongo.

Enfim, apesar de não ser possível determinar com precisão a identidade de Rafael de Castro, ao menos parece possível demonstrar que as ligações entre as terras hispano-americanas ou luso-americanas com o litoral centro-africano eram suficientemente frequentes para permitir a circulação de pessoas com qualificações que pudessem interessar às pretensões centralizadoras dos reis do Kongo do fim do século XVI. De resto, pessoas letradas de origem ibérica são identificadas em atividades da corte de Álvaro II e Álvaro III, como o presbítero de nome Diogo Gonçalves Manuel, enviado como embaixador do Kongo em 1604, que acabou preso em Lisboa por não ter obedecido a determinação que o proibia de exercer o sacerdócio, e que alcançou o Vaticano no ano de 1606 (Amaral, 1997); ou Diogo Rodrigues Pestana e Brás Correia, que atuaram durante décadas como capelães e confessores dos reis do Kongo (Cuvellier; Jadin, 1954, p. 251, 519).

A existência de uma camada social integrada por letrados de origem africana e não-africana é em si mesma reveladora da política levada a cabo pelos governantes do Kongo desde o início do século XVI com vista a formação de núcleos de escolarização ou de preparação de pessoal com instrução escolar para atuar como sacerdotes, “mestres de escola” ou “mestres de capela” junto à elite governante (Mello e Souza, 2014; Brinkman, 2016). O título de bacharel, atribuído a Rafael de Castro, era reservado a pessoas de alta formação escolar, aquelas com cinco ou sete anos de estudo universitário. A prova de que ele gozasse de prestígio e que se encontrasse em posição privilegiada no Kongo está em um breve comentário feito pelo autor anônimo do Ms. 8080 da Biblioteca Nacional de Lisboa, obra conhecida como *História do Reino do Congo*, escrita entre 1623-1624, sobre a prática da circuncisão entre os centro-africanos, a qual poderia decorrer de uma influência dos costumes da “Etiópia Oriental”. A informação é atribuída a Francisco de Louro, que atuava como “mestre de escola” em São Tomé, e ao padre pregador castelhano de nome Rafael de Castro, lembrado como pessoa dotada de muita curiosidade e que tinha visto muitas partes do mundo: “tinham para si os ditos padres que do Reino do Preste João, cujos habitantes usavam de circuncisão... e que hindo se estendendo esta cerimônia de gente em gente, e de reino em reino chegaria àquelas partes” (Brásio, 1969, p. 22).

A longa digressão acerca da identidade e do perfil biográfico do personagem enigmático mencionado nas cartas trocadas sobre o Kongo no início do século XVII tem grande relevância para a questão de fundo discutida neste estudo porque outras informações fragmentárias conferem a Rafael de Castro lugar de destaque nas reformas implementadas durante o longo governo de Álvaro II, em que os letrados desempenharam funções de governo como secretários, notários e emissários reais (Hilton, 1985, p. 69-84; Thornton, 2022, p. 20-24). Entre os documentos inseridos no códice Vat. Lat. 12.516 consta um texto escrito em italiano com o sumário das instruções dadas ao embaixador Antonio Manuel,

enviado por Álvaro II a Roma no ano de 1604, que após alguns anos na Península Ibérica finalizou a viagem, onde morreu logo depois de se encontrar com Paulo V, em janeiro de 1608 (Martinz Ferrer; Nocca, 2003). No documento, o pregador Rafael de Castro é textualmente mencionado e qualificado como Procurador-Geral do Rei. Ele teria sido afastado de suas atividades por cônegos portugueses associados ao Governador de Angola João Furtado de Mendonça, tendo assim suas funções sido usurpadas, isso depois de ter sido indicado para ser Vigário Real e Patrono da Igreja de São Salvador, a sede do bispado do Kongo e Angola (Cuvelier; Jadin, 1954, p. 262-263).²⁰

A menção a Rafael de Castro em meio às reclamações e petições de Álvaro II ao papa Paulo V ajuda a compreender em parte as tentativas de centralização e “modernização” do Kongo. Tais iniciativas contrabalançariam a progressiva influência da coroa luso-espanhola, e garantiriam maior margem de ação nas disputas de autoridade com os bispos do Kongo e Angola – que eram indicados pelos que detinham as prerrogativas do Padroado. Os objetivos mais importantes da missão diplomática de 1604-1608 era a prestação de obediência direta do Kongo à Santa Sé e o pedido de envio de missionários, preferencialmente carmelitas ou dominicanos – conforme visto, tendencialmente mais alinhados aos desígnios do papado. Todavia, na etapa de Lisboa-Madrid, outras reivindicações de Álvaro II foram examinadas pelo Conselho da Índia, instituição a serviço da Espanha para os negócios do ultramar (Amaral, 1997). Entre os pedidos, Álvaro reivindicava o privilégio de designar cônegos e conferir a dignidade de “mestre de escola” e tesoureiro; o direito de arrecadação de dízimos eclesiásticos; o envio de ornamentos e imagens para a catedral de São Salvador; a expulsão dos cristãos-novos; o envio de mestres pedreiros e ferreiros para lá edificarem obras; a designação de um capitão para representar a “gente branca” que residia em seu reino; além do pedido do envio, a partir de Portugal, de “homens brancos com suas mulheres para viverem em seu reino e donzelas para se cazarem lá”²¹.

Ainda que boa parte dos pedidos tenham sido rejeitados pelos integrantes do conselho com a chancela do Vice-Rei e a ciência de Felipe III, interessa sublinhar a relação entre tais pedidos e a ideia da “dilação da cristandade” pretendida pelo governante centro-africano. A posição do Conselho da Índia sobre esses pedidos, com o apoio do Vice-Rei de Portugal e do próprio Felipe III da Espanha – que leu e fez anotações pessoais à margem do documento –, era de que não se devia “inovar cousa alguma do que ategora se fez”, bem como não enviar missionários carmelitas; não conviria enviar oficiais e artífices, nem que existisse no reino quem soubesse fazer obras de pedra e cal nem de ferraria “porque não seja ocasião de alguma obediência”; melhor também seria não consentir na ida de portugueses ao Kongo “porque não ensinem aos naturais dele a milícia, e usar das armas”; a existência de “vassalos brancos” parecia igualmente inconveniente porque, com eles, o Kongo “se fara tão poderoso que procurará eximir-se da obediência de V. Majestade” (MMA, 1955, v. 5, p. 286-288).

A reação do alto escalão da Monarquia Católica diante das inovações políticas desejadas pelo rei do Kongo tinha o fito de preservar os privilégios pretendidos por Portugal e Espanha. Logo no preâmbulo do texto da consulta do Conselho da Índia é informado a Felipe III que Álvaro II era um dos maiores reis da Costa da Guiné, cristão, assim como o pai dele e o avô tinham sido, “e posto que diretamente não hé vassalo de V. Majestade, está todavia debaixo de sua real proteção e obediência” (Brasio, 1955, v. 5, p. 280). A afirmação de soberania por parte do governante africano, de outro lado, transparece na fórmula de tratamento incluída na saudação inicial da carta, em que ele é qualificado como governante detentor de grande autoridade e de títulos que lhe conferiam posição de destaque, apresentando-se como, “pela graça de Deus rei do Kongo, de Angola, de Matamba e de Okanga, senhor dos mbundos e dos sete reinos do Kongo-Ria-Mulazza, do lado de cá e do lado de lá do admirável rio Zaire”, e que teria levado o cristianismo a quatro reis pagãos, de Çundi, Çala, Okanga e Zareacakongo.²²

Assim, indo além de considerar as instruções dadas ao embaixador António Manuel apenas registros de reclamações ou petições, é possível detectar nelas indicativos das inovações políticas

e do projeto de “nacionalização” do Kongo cristão, mediante a submissão direta às diretrizes da Igreja Romana. Admitida essa hipótese, ganhará muito mais relevo a informação contida na correspondência anônima enviada ao coletor Ottavio Accorambono, sobre Rafael de Castro e as vias de acesso à Etiópia. Com efeito, ao final desta carta pode-se ler que: “et une dele cose più principal, che haveva da trattare con Papa Clemente l’Ambasciadore D. Antonio Manuele, che morì in Roma, era d’aprir la strada di Congo al Prete Giani”²³.

Para finalizar, numa tentativa de juntar os vários fios da complexa trama contida nas narrativas aqui evocadas, de articular dados, personagens e ideias contidos na carta de Juan Bautista Vives ao imperador da Etiópia, pode-se considerar que, por inverossímil que possa parecer à primeira vista, a possibilidade da aproximação entre as duas monarquias africanas cristãs pode não ter sido desconhecida dos reis do Kongo, conforme informações do próprio documento que encontram confirmação em diversas evidências históricas apontadas neste estudo. A atuação do pregador castelhano Rafael de Castro junto a Álvaro II, assim como viria a ocorrer com o cônego Brás Correia, que angariou grande influência durante os reinados de Álvaro II e Álvaro III, exemplifica o papel desempenhado por uma elite clerical cristã letrada no reino centro-africano cujos governantes, ao buscar meios de afirmação através da diplomacia na parte italiana do Mediterrâneo, procuravam encontrar alternativas próprias para defender seus interesses e produzir com autonomia a sua história.

Referências

- ALEXANDRE, Victor Vilmar. *O Caribe entre leis e fronteiras étnicas: a escravidão de indígenas e africanos na ilha de Espanola, 1492-1551*. Dissertação de Mestrado (História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
- ALONSO, Carlos. El primer viaje desde Persia del P. Vicente de S. Francisco, OCD (1609-1611). *Teresianum*, v. 40, n. 2, p. 517-550, 1989.
- ALONSO, Carlos. Una embajada de Clemente VIII a Persia (1600-1609). *Archivum Historiae Pontificiae*, v. 34, p. 7-125, 1996.
- AMARAL, Ilidio do. Relações externas congolezas na primeira década do século XVII, em tempos de D. Álvaro II: a embaixada de D. Garcia Baptista e D. António Manuel. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, n. 63, p. 115-131, 1997.
- ANDERSON, Gerald H. (ed). *Biographical dictionary of christian missions*. Cambridge: William B. Eerdmans Publishing, 1999.
- ARCHIVIO APOSTOLICO VATICANO. *Relatione breve dello stato presente dell'impero del Pretegioanni d'Ethiopia, cavata da varie lettere scritte dai padri della Compagnia di Gesù che si trovano in quelle parti al padre generali, di juglio del 1608*. Fondo Borghese, II, 68, ff. 119-125.
- ARCHIVO GENERAL DE INDIAS. *Bienes de difuntos: Marcos Luis de Rosales, 1592*. AGI//CONTRATACION, 572. N. 8, R1. Disponível em: <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/96285?nm> (acesso em 12/02/2024)
- Arquivo Histórico Ultramarino. *Catálogo parcial do Fundo do Conselho Ultramarino da Série Angola*. Lisboa: AHU, 2014-2017.
- BELCHER, Wendy Laura (ed). *The Jesuits in Ethiopia (1609–1641): Latin Letters in Translation*. Translated by Jessica Wright and Leon Grek. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2017.

BENNETT, Herman L. *African Kings and black slaves: sovereignty and dispossession in the early modern Atlantic*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019.

BIBLIOTECA APOSTOLICA VATICANA (Roma). *Manuscript Vat. Lat. 12516*. Disponível online em Digivatlib: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.lat.12516 (acesso em 12/02/2024).

BOAVIDA, Isabel. História e fábula: a discussão em torno das “Histórias” de Fr. Luís de Urreta no século XVII. In: *Actas do Colóquio: Literatura e história*. Lisboa: Universidade Aberta, 2002. p. 181-196.

BOUBA KIDAKOU, Antoine. Abisinia en la literatura geográfica española del siglo XVII. *Studia Universitatis, Moldávia*, n. 10, p. 110-116, 2009.

BRÁSIO, António (ed). *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar: 1953, v. 3; 1955, v. 5; 1955, v. 6.

BRÁSIO, António (ed) (ed). *História do Reino do Congo*: ms. 8080 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1969

BRINKMAN, Inge. Kongo interpretes, traveling priests, and political leaders in the Kongo kingdom (15 – 19 century). *International Journal of African Historical Studies*, v. 49, n. 2, p. 255-276, 2016.

BROOKS, Michael E. Visual representations of Prester John and his Kingdom. *Quidditas*, Provo, v. 35, p. 147-176, 2014.

BUENO, Mar Rey. Juan Baltasar, caballero abissínio. Utopias etíopes en la Valencia del seiscientos. *Pasiones Bibliográficas II*. Valencia: Societat Valenciana Jerónima Gallés, 2017. p. 115-123.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. Une église aux dimensions du monde: expansion du catholicisme et ecclésiologie à l'époque moderne. In: Patrick ARABEYRA; Brigitte BASDEVANT-GAUDEMET (dirs). *Les clercs et les princes: doctrines et pratiques de l'autorité ecclésiastique à l'époque moderne (Études et recontres de l'École des Chartes, 41)*. Paris: Publications de l'École Nationale des Chartes, 2013, p. 314-330.

CHAVES JUNIOR, José Inaldo. *As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa, século XVIII*. Tese e doutoramento (História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2017.

CUVELLIER, Jean; JADIN, Louis. *L'Ancien royaume du Kongo d'après les archives romaines*. Bruxelles: Academie des Sciences Coloniales, 1954.

FERRONHA, António Luís (Ed). *As cartas do “rei” do Congo D. Afonso*. Lisboa: Grupo de Trabalho para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.

FILESI, Teobaldo. *Le relazione tra il regno del Congo e la Sede Apostolica nel XVI secolo* (Publicazione dell'Istituto Italiano per l'Africa – Quaderni d'Africa, seria 1 n. 10). Como: Casa Editrice Pietro Cairolì, 1968.

Florentine Relation, sec. XVI. Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze, Manoscritti Panciatichiani 200, fols 163r-173v. Disponível online: BNCf, Panciatichiano 200: Pedro Falcon: Free Download, Borrow, and Streaming: Internet Archive (acesso em 02/02/2024).

FREIRE, Paulo Cezar Vargas. *Mboroviré: a erva-mate no Paraguai colonial*. Dissertação de Mestrado (História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2011.

GAMBEG, Yvon-Norbert. La connaissance de l'hinterland congolais par les Négriers et Evangélistes européens du XVe au XVIII e siècle. *Science et technique, Lettres, Sciences sociales et humaines*, Ouagadougou, v. 29, n. 2, p. 79-97, 2013.

GEBREKIDAN, Fikru. Ethiopia and Congo: a tale of two medieval kingdoms. *Callaloo*, v. 33, n. 1, p. 223-238, 2010.

GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres « connected histories ». *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 56e année, n. 1, p. 85-117, 2001.

GRUZINSKI, Serge. Una *Historia de las Indias* entre África y América. *Melanges de la Casa de Velazquez*, Madrid, v. 48, n. 2, Madrid, p. 15-27, 2018.

HILTON, Anne. *The kingdom of Kongo*. Oxford: Clarendon Press, 1985.

JADIN, Louis. Les flamands au Congo et en Angola au XVII siècle. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. VI, 1955, p. 383-451.

LLORENTE, Henar Pizarro. Entre Madrid y Roma: el agente de la Inquisición Española Juan Bautista Vives. *Dimensioni e problemi della ricerca storica*, Roma, v. 2, n.1, p. 273-300, 2017.

LLORENTE, Henar Pizarro. La actividad de Juan Bautista Vives como agente de la Inquisición Española en Roma (1605-1626). In: BELTAN, Cristina et al. (coords.). *A la sombra de las catedrales: cultura, poder y guerra en la Edad Moderna*. Burgos: Universidad de Burgos, 2021, p. 1073-1085.

LÓPEZ, Jose Luis Cortes. Felipe II, III y IV, reyes de Angola y protectores del reino do Congo (1580-1640). *Studia Historica – Historia Moderna*, v. IX, p. 223-246, 1991.

MACGAFFEY, Wyatt. A central african Kingdom of Kongo. In: BOSTOEN, Koen; BRINKMAN, Inge (eds). *The Kongo Kingdom – The origins, dynamics and comopolitan culture of an African Polity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 42-59.

MARTINEZ FERRER, Luis; NOCCA, Marco (dir). “*Coisas do outro Mundo*”: a missão em Roma de António Manuel, Príncipe de N’Funta, conhecido por “o Negrita” (1604-1608) na Roma de Paulo V. Citta del Vaticano: Urbaniana University Press, 2003.

MEDEIROS, François de. *L’Occident et l’Afrique* (XIII – XV siècles): images et representations, Paris, Karthala, 1985.

MELLO E SOUZA, Marina de. Cavaleiro da Ordem de Cristo: um título conguês. *Reflexos: revue pluridisciplinaire du Monde Lusophone*, n. 005 [2019]: <https://revues.univ-tlse2.fr/reflexos/index.php?id=755> (acessado em 08/01/2024).

MELLO E SOUZA, Marina de. Catolicismo e poder no Congo: o papel dos intermediários nativos, séculos XVI a XVIII. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 21, n. 40, p. 51-63, 2014.

MOLA, Marina Alfonso; SHAW, Carlos Martinez. Pedro Páez y la misión jesuítica en Etiopía en el contexto de la unión de las Coronas de España y Portugal. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie IV, Historia Moderna*, Madrid, t. 17, p. 59-75, 2004.

PENNEC, Hervé. La mission jésuite en Ethiopie au temps de Pedro Paez (1583-1622) et ses rapports avec le pouvoir ethiopien. Troisième partie: Le temps de la «victoire» (1612-1622). *Rassegna di Studi Etiopici*, v. 38, p. 139-181, 1994.

PIGAFETTA, Filippo. *Relatione del reame di Congo et dele circonvicine contrade, trata dalli scritti e ragionamenti di Odoardo Lopez portoghese*. Roma: Bartolomeu Grassi, 1591. Disponível online: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k105751t> (acessado em 14/01/2024).

PIZZORUSSO, Giovanni. La Congrégation de Propaganda Fide à Rome: centre d’accumulation et de production de “savoirs missionnaires” (XVII, début XIX siècle). In: CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de et allii (ed). *Missions d’évangélisation et circulation des savoirs: XVI-XVIII siècles*. Madrid: Casa de Velazquez, 2011, p. 25-40.

RAMOS, Manuel João. O destino etíope do Preste João. A etiópia nas representações cosmográficas européias. In: *Condicionantes culturais da literatura de viagens* (separata). Lisboa: Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa; Edições Cosmos, 1999, p. 237-259.

RELANO, Francesc. Against Ptolemy: the significance of the Lopes-Pigafetta Map of Africa. *Imago Mundi*, v. 47, p. 49-66, 1995.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar; Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

SANUTO, Lívio. *Geografia di Liuvio Sanuto distinta in 12 libri. ne’ quali; oltra l’esplicatione di molti luoghi di Tolo-meo, e della bussola, e dell’aguglia; si dichiarano le prouincie, popoli, regni, città; porti, monti, fiumi, laghi, e costumi dell’Africa*. Con 12 tauole di essa Africa in disegno di rame. Aggiuntiui de piu tre indici de m. Giouan Carlo Saraceni. In Vinegia: appresso Damiano Zenaro, 1588. Disponível online: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b550078451> (acessado em 08/01/2024).

SCHULTZ, Kara Danielle. “*The Kingdom of Angola is not very far from here*”: the Rio de la Plata, Brazil, and Angola, 1580-1640. Thesis, Doctor of Philosophy (History), Faculty of the Graduate School of Vanderbilt University, 2016.

SEROR, Simon. Le nom juif Vives”. *Nouvelle Revue d’Onomastique*, v. 21-22, p. 43-50, 1993.

STORNI, Hugo. *Catalogo de los jesuítas de la Provincia del Paraguay* (Cuenca del Plata): 1585-1768. Roma: Institutum Historicum, 1980.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Holding the World in Balance: The connected histories of the Iberian overseas empires, 1500–1640. *The American Historical Review*, v. 112, n. 5, p. 1359-1385, 2007.

THORNTON, John. The correspondence of the Kongo kings, 1614-1635: problems of internal written evidence on a central african kingdom. In: European sources for sub-saharan Africa before 1900: use and abuse. *Paidema: mitteilungen zur Kulturkunde*, v. 33, p. 407-421, 1987.

THORNTON, John. The kingdom of Kongo and the Counter Reformation. *Social Sciences and Missions*, v. 26, p. 40-58, 2013.

THORNTON, John. *A history of West Central Africa to 1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

THORNTON, John. Kongo administration and written documentation. *Portuguese Studies Review*, Toronto, v. 30, n. 2, p. 11-31, 2022.

THORNTON, John. The Florentine Relation: a newly discovered sixteenth-century description of the Kingdom of Kongo. *History in Africa*, Cambridge, v. 49, p. 01-22, 2022.

TORRES, Jose Antonio Martinez. Juego de espejos: conquista terrenal y conquista espiritual de los ibéricos en Africa occidental (1575-1660). *Melanges de la Casa de Velázquez*, Madrid, v. 48, n. 2, 2018.

TOSCANO, J. *El primitivo obispado del Tucuman: la Iglesia de Salta*. Buenos Aires: Imprenta de M. Biedma y hijo, 1907.

WHEAT, David. *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2016.

Notas

¹ O presente estudo integra-se ao projeto “Os embaixadores do Kongo entre Lisboa, Madrid e Roma: 1570-1622”, com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq com vigência no período de 2023-2026. Também está vinculado às atividades do projeto coletivo internacional “EthioKongRome: les chrétiens d’Éthiopie et de Kongo face a Rome: écrire une autre histoire des connexions entre l’Afrique et l’Europe: XV-XVI siècles”, sob a coordenação de Olivia Adankpô-Labadie, da Université de Grenoble-Alpes; do projeto de pesquisa internacional “Uma história conectada da Idade Média: comunicação e circulação a partir do Mediterrâneo”, sob a coordenação de Marcelo Cândido da Silva (USP); e do projeto “Circulação de normas e formas de comunicação no espaço mediterrânico medieval: séculos VI-XVI”, sob a coordenação de Igor Salomão Teixeira (UFRGS). Sua primeira versão foi apresentada no atelier *Penser et écrire une histoire des connexions entre les royaumes chrétiens d’Éthiopie et de Kongo et la Méditerranée Médiévale et Moderne*, realizado na École Française de Rome (11-13 juillet 2022).

² Carta de Juan Baptista Vives ao Imperador da Etiópia, 18/4/1617. *Rerum Lusitanicarum*, vol. XV, ff. 124-125 V (Biblioteca da Ajuda); Cod. Vat. Regin. Lat., 387, f. 188 (Biblioteca Apostolica Vaticana). Tradução livre: “ao mesmo tempo, de um lado e de outro de ambos os reinos, se possa realizar o que convém fazer” (Brásio, 1955, VI, p. 277-278; Cuvelier; Jadin, 1954, p. 348).

³ Identificação legendária corrente desde o século XII para designar o governante máximo da antiga Abissínia, atual Etiópia, o qual era representado como poderoso rei-sacerdote, sempre visto como potencial aliado dos cristãos latinos na luta contra o infiel (Medeiros, 1985, p. 122-124). O tema ganhou nova configuração desde 1498, quando navegadores portugueses aportaram no Chifre da África, estabelecendo contatos diretos com a cristandade abissínia, algo tratado na conhecida crônica do padre Francisco Álvarez, *Verdadeira informaçam das terras do Preste João das Índias* (1540), a que se seguiriam diversos outros escritos compostos pelas missões jesuíticas lá estabelecidas (Ramos, 1999, p. 246-252).

⁴ Carta de Duarte Lopes a Sixto V, 24/02/1588. Nunziatura di Spagna (Archivio Apostolico Vaticano) (Brásio, 1953, v. 3, p. 359).

⁵ Designação dada ao delegado apostólico (colector, collecteur, em francês) que ocupava o posto de nuncio em Lisboa no período da União Ibérica. Etimologicamente, o termo deriva de sua função original, de recolher os impostos e doações destinados(as) a Santa Sé. No período aqui considerado, além de funções administrativas, tinha papel de representação da autoridade papal com caráter diplomático (Filesi, 1968, p. 159).

⁶ Antonio Albergati, nonce à Lisbonne, au secrétaire de la Propagande, Lisbonne, 04/03/1623. Miscellanea I, Congregatione Missionum, ff. 317-318; Scritture riferite nelle Congregatione generali (Scritture antiche), v. 189, ff. 22-29 (Archivio della Sacra Congregazione de Propaganda Fide) (Cuvelier; Jadin, 1954, p. 448, 463).

⁷ Carta do Padre Pêro de Novais a el-Rei. Lisboa, 20/04/ 1624. Cartório dos Jesuitas, 68 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) (Brásio, 1956, v. 7, p. 226-227).

⁸ Carta do Padre Jerônimo Vogado ao Geral. Luanda, 24/05/1630; Carta do Padre Duarte Vaz ao Geral, Congo, 18/09/ 1630. Lus. 74 (ARSI - Arquivo Romano da Companhia de Jesus) (Brásio, 1956, v. 7, p. 626, 637-638); Father Nicolaus de Fenal to the Superior General of the Society of Jesus, Luanda, 23/05/1630 (Belcher, 2017, p. 144).

⁹ Requerimento do recém-nomeado governador e capitão-general de Angola, Luís Mendes de Vasconcelos, ao rei [D. Filipe II] solicitando alguns aviamentos essenciais para a conservação do seu regimento, [ant. 1616]. Angola, cx. 181, doc. 76; CU_001, Cx. 1, D. 53 (Arquivo Histórico Ultramarino) (Arquivo, 2014-2017, p. 17). Observe-se que no documento em causa o vocábulo Etiópia tem a acepção genérica do que também se designava África. Isto por vezes continuava a ocorrer na literatura geográfica dos séculos XVI-XVII, nas nomeações “Ethiopia Oriental”, “Ethiopia Ocidental”, “Alta Etiópia” ou “Baixa Etiópia”, seguindo a tradição cosmográfica que associava o termo à “terra dos negros” (Ramos, 1999; Brooks, 2014).

¹⁰ Ge'ez, gueês ou gueze, designação de antiga língua afro-asiática que se desenvolveu na região do Planalto do Tigré, a que estão ligadas as línguas amárica (amhara) na Etiópia e tigrínia na Eritreia. Durante vários séculos ela serviu como língua oficial na antiga monarquia etíope desde os tempos do reino de Axum.

¹¹ Alvare II au pape Paul V, San Salvador, 27/02/1613. Ms. Vat. Lat. 12516, f. 51, f. 62 (Biblioteca Apostolica Vaticana) (Cuvelier; Jadin, 1954, p. 329-335).

¹² Carta régia ao Arcebispo Vice-Rei, 03/06/1615. Secretarias Provinciales, liv. 1511, fl. 33v, 34v; Carta do Embaixador em Roma a El-Rei, 30/07/1615. Estado, Maço 1001; Carta do Conde de Castro a El-Rei, 03/01/1616. Estado, Maço 1002 (Archivo General de Simancas) (Brásio, 1955, VI, p. 212, 225-226, 249).

¹³ Ambassade de Jean-Baptiste Vives, 1615-1616. Arch. Amb. Espagne. Leg. 56. Estado 1612-1618, à 1616, f. 292 (283) (Archivio Apostolico Vaticano) (Cuvelier; Jadin, 1954, p. 343); Carta de João Baptista Vives a El-Rei, 11/01/1615. Maço 56, fl. 285 (moderno) (Ministerio de Asuntos Exteriores (Madrid); Estado, Maço 1001 (Archivo General de Simancas) (Brásio, 1955, VI, p. 186).

¹⁴ Carta Régia a João Baptista Vives, 18/01/1616. Maço 56, f. 283 (moderno) (Ministerio de Asuntos Exteriores (Madrid); Arquivo da Embaixada de Espanha no Vaticano); Estado, Maço 1865 (Archivo General de Simancas) (Brásio, 1955, VI, p. 250).

¹⁵ Alvare III au pape Paul V. San Salvador, 25/10/1617. Ms. Vat. Lat. 12516, f. 66 et ss. (italien) (Biblioteca Apostolica Vaticana) (Cuvelier; Jadin, 1954, p. 348-352).

¹⁶ Relazione breve dello stato presente dell'impero del Pretegioanni d'Ethiopia, cavata da varie lettere scritte dai padri della Compagnia di Gesù che si trovano in quelle parti al padre generali, di luglio del 1608. Fondo Borghese, II, 68, f. 122v-123r (Archivio Apostolico Vaticano).

¹⁷ Tradução livre: “Concernente a tudo isso, escrevi diversas vezes ao meu Sereníssimo rei do Congo e lhe pedi com insistência de tratar com Vossa Majestade para que, ao mesmo tempo, de um lado e de outro, seja feito o que convém fazer” (BRÁSIO, 1955, v. 6, p. 278).

¹⁸ Relações sobre o Reino do Congo, 04/06/1620. Rerum Lusitanicarum, vol. XV, ff. 171v.-173. (Biblioteca da Ajuda); cód. Vat. Lat. 6723, p. 2 (Biblioteca Apostolica Vaticana) (Brásio, 1955, VI, p. 491-492).

¹⁹ Bienes de Difuntos: Marcos Luis de Rosales, 1592. AGI//CONTRATACION, 572, N. 8, R.1 (Archivo General de Indias). Disponível online: <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/96285?nm>. Acesso em: 12 fev. 2024.

²⁰ Sumário das instruções dadas ao embaixador Antônio Manuel, datado de 17/08/1604, em italiano: Ms. Vat. Lat. 12516, f. 48 (Biblioteca Vaticana). Disponível online: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.lat.12516. Acesso em: 12 fev. 2024.

²¹ Apontamentos do Embaixador do Rei do Congo, 31/03/1607. Secretarias Provinciales (Portugal), liv. 1476, ff. 159-265 (Archivo General de Simancas) (Brásio, 1955, V, p. 286-288).

²² Alvare II au pape Clément VIII, San Salvador, 13/07/1604. Fondo Borghese, Série I, v. 60, f. 201 (olim 195) (Archivio Apostolico Vaticano); Ms. Barb. Lat. 2054 (II), 11 (Biblioteca Apostolica Vaticana) (Cuvelier; Jadin, 1954, p. 269-271).

²³ Tradução livre: “e uma das principais coisas que o embaixador D. Antonio Manuel, que morreu em Roma, havia de tratar com o papa Clemente, era de abrir uma estrada do Congo ao Preste João” (Brásio, 1955, v. 6, p. 491-492).

Submetido em: 27/02/2024
Aceito em: 20/06/2024